

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE
UNIDADE ACADÊMICA DE ENFERMAGEM
CURSO DE BACHARELADO EM ENFERMAGEM**

TAYNARA TAYANA MACÊDO ARAÚJO

**“O IMPACTO DO ENCARCERAMENTO PENAL: PERCEPÇÕES E
ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO EM UMA CADEIA PÚBLICA DE
CUITÉ-PB”**

**CUITÉ – PB
2014**

TAYNARA TAYANA MACÊDO ARAÚJO

**“O IMPACTO DO ENCARCERAMENTO PENAL: PERCEPÇÕES E
ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO EM UMA CADEIA PÚBLICA DE
CUITÉ-PB”**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Coordenação do Curso de Bacharelado em Enfermagem da Universidade Federal de Campina Grande, *campus* Cuité-PB, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Enfermagem.

Orientadora:

Prof^a. Dr^a. Gigliola Marcos Bernardo de Lima

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA NA FONTE
Responsabilidade Jesiel Ferreira Gomes – CRB 15 – 256

A663i Araújo, Taynara Tayana Macêdo.

O impacto do encarceramento penal: percepções e estratégias de enfrentamento em uma cadeia pública de Cuité - PB. / Taynara Tayana Macêdo Araújo. – Cuité: CES, 2014.

61 fl.

Monografia (Curso de Graduação em Enfermagem) – Centro de Educação e Saúde / UFCG, 2014.

Orientadora: Gigliola Marcos Bernardo de Lima.

1. Saúde mental. 2. Encarceramento. 3. Cadeia pública – Cuité - PB. I. Título.

CDU 613.86

TAYNARA TAYANA MACÊDO ARAÚJO

**“O IMPACTO DO ENCARCERAMENTO PENAL: PERCEPÇÕES E
ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO EM UMA CADEIA PÚBLICA DE
CUITÉ-PB”**

Aprovado em: ____/____/2014.

BANCA EXAMINADORA

Local: Centro de Educação e Saúde

Prof^a. Dr^a. Gigliola Marcos Bernardo de Lima

Orientadora – UFCG/CES

Prof^a. Ms. Priscilla Maria de Castro Silva

Examinadora UFCG/CCBS

Prof^a. Ms. Alynne Mendonça Saraiva Nagashima

Examinadora UFCG/CES

À minha família, cujo apoio foi decisivo para a concretização desse sonho. A minha mãe Elisa e minha irmã Hanna, pelo amor e carinho que tenho por vocês. Dedico.

AGRADECIMENTOS

Ao meu grandioso e maravilhoso Deus, hoje, mais do que nunca, compreendo o tamanho da tua força, Senhor. E é esta força que me fará seguir em frente no caminho em busca de sabedoria e humildade. Obrigada por ter me ajudado a superar cada dificuldade no decorrer desses cinco anos.

À minha mãe, Elisa Macêdo, pelos ensinamentos de toda uma vida, pelo apoio incondicional, e pela maneira como me ensinou a agir com dignidade, honestidade e respeito. A você dedico esta vitória. Obrigada pela dedicação, pelo carinho e amor.

Ao meu pai, Eugênio Marcio, que através de sua segurança ajudou a guiar os meus passos. Foi fonte de ânimo para as minhas incertezas e impulso para a minha ansiedade. Obrigada pelo estímulo, e por acreditar em mim.

À minha irmã, Hanna, por ser meu exemplo de determinação e integridade. E ao meu cunhado, George, pela ajuda nas dúvidas de Direito Penal. Vocês acompanharam desde o início a construção desse trabalho, obrigada pelo apoio e carinho nos momentos difíceis.

Aos meus avós maternos, Euclisa (*in memoriam*) e Elias, que tive o enorme prazer de conviver durante estes cinco anos de graduação. Vocês me acolheram, me deram colo, carinho e amor quando eu mais precisava. Se eu pudesse lhes fazer eternos, eternos eu lhes faria.

Aos meus avós paternos: Dona Santa, pelo amor, admiração e confiança que depositastes em mim; e Aurélio (*in memoriam*), que apesar do pouco convívio me deixou uma herança enorme de integridade e honestidade.

A minha família, que me ajudou no decorrer dessa fase, que torceram por mim, e me deram palavras de apoio e conforto. Em especial, Tia Eliane, Tio Evaldo, Tia Socorro, minhas primas Viviane e Kelli, e Dona Vera (pelas suas orações).

Ao meu namorado e amigo, Miguel, que esteve ao meu lado nessa etapa cheia de responsabilidades. Obrigada por compartilhar os momentos difíceis desta jornada, por compreender minha ausência e falta de tempo, por me apoiar e encorajar, me fazendo acreditar que sempre eu podia um pouco mais e, pela ajuda na construção das minhas tabelas e quadros. Obrigada pelo carinho, amor, e ajuda incondicional.

As minhas amigas de toda uma vida: Jéssica, Manuella, Ludmilla, Geiscica (*in memorian*), Jaqueline e Ziza. Que estiveram ao meu lado nos momentos mais importantes da minha vida, que abriram mão de momentos de convívio, e se fizeram presentes nestes cinco anos de curso. Hoje, compartilho com vocês as minhas conquistas, alegrias, e expectativas para o futuro, e sei o quanto vocês torceram por mim, muito obrigada! E aos meus amigos (são muitos), mas em especial Mackson e Thazzio, que torceram por mim desde o primeiro dia. Obrigada pelos dias, meses e anos de espera, e saibam que estou voltando para o nosso RN.

A minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Gigliola Bernardo, a quem possuo uma enorme admiração como pessoa e profissional, por suas sábias lições, e pelo companheirismo durante a elaboração desse estudo. Por repassar seus conhecimentos com tanta dedicação, pelo apoio, paciência e confiança depositada em mim, meu muito obrigada.

A banca examinadora, Prof^a. Ms. Alynne Mendonça e Prof^a. Ms. Priscilla Castro, pelas observações e relevantes contribuições a este trabalho. Obrigada por compartilharem um pouco de seus conhecimentos e pela valorosa contribuição para o enriquecimento deste estudo.

A Equipe Penitenciária da Cadeia Pública de Cuité, em especial, a Jurandir, que me acompanhou durante a realização deste trabalho. Gostaria de agradecer pelo apoio e confiança.

Aos colaboradores deste estudo, os detentos da Cadeia Pública de Cuité, que me recebeu de coração aberto, me respeitaram e responderam com tanta humildade as minhas perguntas sobre aspectos pessoais de suas vidas.

Ao corpo docente do curso de Bacharelado em Enfermagem da UFCG – *Campus* Cuité, que compartilharam conosco os seus conhecimentos, e nos ensinaram a lutar pelos nossos objetivos. Mesmo diante das dificuldades, vocês nos ajudaram a superar e vencer este desafio.

Aos colegas de turma (2009.2), que no decorrer desses anos compartilhamos experiências, conquistas, trabalhos, noites de estudo, farrinhas, e muitos outros momentos. Sentirei saudade dos sorrisos no corredor, das nossas aventuras no estágio e da nossa convivência no último período em Campina Grande.

E a todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente para a realização desse sonho.

“Sonho com o dia em que todos levantar-se-ão e compreenderão que foram feitos para viverem como irmãos”.

Nelson Mandela.

RESUMO

ARAÚJO, T. T. M. O IMPACTO DO ENCARCERAMENTO PENAL: PERCEPÇÕES E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO EM UMA CADEIA PÚBLICA DE CUITÉ-PB. Cuité, 2014. 61f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Enfermagem). Unidade Acadêmica de Enfermagem. Centro de Educação e Saúde. Universidade Federal de Campina Grande. Cuité-PB, 2014.

Este estudo se propõe a conhecer os significados do encarceramento penal e teve como objetivo geral conhecer e analisar, na percepção de detentos, os sentidos da prisão e suas estratégias de enfrentamento em uma cadeia pública do município de Cuité – PB e como objetivos específicos levantar um perfil sócio-demográfico e criminal dos colaboradores do estudo; avaliar como o detento se sente diante do confinamento, com ênfase para sua saúde mental; e identificar as estratégias usadas pelos colaboradores do estudo para o enfrentamento do cárcere. Trata-se de um estudo de natureza exploratório-descritiva sob a perspectiva de uma abordagem qualitativa que contou com a participação de 6 detentos que estão em regime fechado de reclusão. Os resultados foram organizados e analisados à luz do Discurso do Sujeito Coletivo segundo Lefèvre e Lefèvre (2005). As falas revelaram que para os entrevistados o sentimento da prisão é vivenciado de forma negativa devido uma série de fatores, tais como: ausência do convívio familiar, ociosidade e o próprio confinamento e estes influenciam de forma ruim na sua saúde mental. As principais estratégias de enfrentamento que contribuem para a superação do cotidiano prisional foram fé, distração e esperança. Com os resultados do estudo é inquestionável a importância de desenvolver um plano com estratégias que visem à melhoria da saúde mental dos detentos, sendo necessário um planejamento bem definido para se estabelecer os objetivos que devem ser alcançados. Faz-se necessário assim uma discussão com os órgãos responsáveis sobre o problema social que está sendo relatado, para que possamos concretizar as etapas importantes desse processo.

Descritores: Encarceramento; Saúde Mental, Homens, Enfrentamento.

ABSTRACT

ARAÚJO, TTM THE IMPACT OF CRIMINAL INCARCERATION: PERCEPTIONS AND COPING STRATEGIES IN A CHAIN OF PUBLIC CUIITÉ-PB. Cuiité, 2014. 61f. Completion of course work (Bachelor of Nursing) - Unidade Acadêmica de Enfermagem. Centro de Educação e Saúde. Universidade Federal de Campina Grande. Cuiité-PB, 2014.

This study aims to know the meanings of criminal incarceration and main goal was to understand and analyze, in the perception of inmates, the prison of the senses and their coping strategies in a public jail of the county of Cuiité - PB and specific objectives raise a socio-demographic profile and criminal employees of the study; evaluate how the detainee feels before the confinement, with emphasis on their mental health; and identify the strategies used by employees of the study to face the prison. This is an exploratory-descriptive from the perspective of a qualitative approach that included the participation of six detainees who are in closed confinement regime nature study. The results were organized and analyzed in the light of the Collective Subject Discourse seconds Lefèvre and Lefèvre (2005). The statements revealed that the respondents to the feeling of imprisonment is experienced negatively because a number of factors, such as lack of family life, idleness and confinement itself and these influence bad form on their mental health. The main coping strategies that help to overcome the prison daily life were faith, hope and distraction. With the results of the study is the unquestionable importance of developing a plan with strategies aimed at improving the mental health of detainees, a well-defined plan to establish the goals that must be achieved is required. So it is necessary to discuss with the agencies responsible for the social problem being reported, so we can realize the important steps in this process.

Descriptors: Incarceration, Men, Combat Health.

LISTA DE QUADROS

- QUADRO 1: Discurso do Sujeito Coletivo em resposta a pergunta: “Como é para você estar preso?” Cuité, 2014.....38
- QUADRO 2: Discurso do Sujeito Coletivo em resposta a pergunta: “Qual é o seu sentimento atual sobre o crime praticado?” Cuité, 2014.....39
- QUADRO 3: Discurso do Sujeito Coletivo em resposta a pergunta: “Como você se sente em relação a sua família?” Cuité, 2014.....40
- QUADRO 4: Discurso do Sujeito Coletivo em resposta a pergunta: “Como é conviver com a saudade?” Cuité, 2014.....41
- QUADRO 5: Discurso do Sujeito Coletivo em resposta a pergunta: “Como você supera em seu dia-a-dia o confinamento prisional?” Cuité, 2014.....43
- QUADRO 6: Discurso do Sujeito Coletivo em resposta a pergunta: “Em algum momento você já sentiu arrependimento ou tristeza?” Cuité, 2014.....44
- QUADRO 7: Discurso do Sujeito Coletivo em resposta a pergunta: “Você acredita que é necessário o apoio psicológico na cadeia? Cuité, 2014.....44

LISTA DE TABELA

TABELA 1: Caracterização sócio-demográfica dos colaboradores do estudo. (N=6)...35

TABELA 2: Distribuição da tipificação de crime cometido pelos colaboradores do estudo. (N=6).....36

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AC – Ancoragem

CAAE – Certificado de Apresentação para Apreciação Ética

CNS – Conselho Nacional de Saúde

COFEN – Conselho Federal de Enfermagem

DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional

DSC – Discurso do Sujeito Coletivo

ECH – Expressões Chave

IC – Ideia Central

INFOPEN – Sistema de Informações do Sistema Penitenciárias do Brasil

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PNSSP – Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário

POE – Planos Operativos de Saúde no Sistema Penitenciário

SISPE – Área Técnica de Saúde no Sistema Penitenciário

SISPE/MS – Área Técnica de Saúde no Sistema Penitenciário do Ministério da Saúde

SUS – Sistema Único de Saúde

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. OBJETIVOS.....	16
3. REFERENCIAL TEÓRICO.....	18
3.1. Capítulo 1: A saúde penitenciária e a construção dos seus direitos.....	19
3.2. Capítulo 2: Desvendando o mundo prisional masculino.....	22
3.3. Capítulo 3: O impacto da prisão na saúde mental dos apenados.....	24
4. CAMINHO METODOLOGICO.....	28
4.1 Tipo de estudo.....	29
4.2 Local da pesquisa.....	29
4.3 População e amostra.....	30
4.4 Instrumentos de coletas de dados.....	30
4.5 Aspectos éticos da pesquisa.....	30
4.6 Procedimento para coleta e análise dos dados.....	31
4.7 Discurso do sujeito coletivo.....	31
5. ANALISE E RESULTADOS.....	34
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
7. REFERÊNCIAS	49
8. APÊNDICES	
9. ANEXOS	



1. INTRODUCINDO A TEMÁTICA

A população que vive sob privação de liberdade vem crescendo significativamente no decorrer dos últimos anos. Segundo dados do Sistema de Informações do Sistema Penitenciário do Brasil (INFOPEN), em dezembro de 2008 a população apenada que fazia parte do sistema carcerário em regime fechado era composta por 157.089 homens e 9.299 mulheres, totalizando 166.388 pessoas sem liberdade. Já em dezembro de 2009 houve um aumento para 164.685 homens e 9.687 mulheres, totalizando 174.372 pessoas sob privação total da liberdade (BRASIL, 2008b).

Diante deste excesso populacional nas casas de detenção brasileiras, o Sistema Penitenciário tem apresentado diversos problemas que comprometem a ressocialização dos detentos, o principal fator que tem sido discutido é o déficit de vagas nos presídios, contribuído para o aumento do número de drogas, agressões sexuais, bem como a violência e um alto índice de corrupção dentro do sistema. Essas dificuldades destacam-se diante de uma grande série de superlotação prisional que o Brasil vem vivenciando, a exemplo da deficiência nos recursos médicos e a elevada probabilidade de exclusão social em que os detentos são expostos (BRASIL, 2008a).

Os indivíduos privados de liberdade, independente da infração cometida, devem receber direitos fundamentais a dignidade humana, com ênfase primariamente ao acesso dos serviços de saúde, para que possam ser reinseridos na sociedade de forma digna. O sistema prisional apresenta como sua principal característica a proteção à sociedade, a corrupção e a delinquência, cabendo-lhe a responsabilidade da ressocialização dos presos, para que os mesmos voltem à sociedade de forma correta e produtiva (BRASIL, 2005).

O sistema penitenciário nos dias atuais apresenta, em sua grande maioria, adultos jovens brancos, com idade inferior a 30 anos, solteiros, apresentando baixa renda, onde, poucos tiverem a oportunidade de se alfabetizar, ou apresentavam alguma profissão antes do cárcere (BRASIL, 2005).

Apesar da evolução no que tange a saúde aos apenados, garantir o direito dessa população ainda é um desafio no Brasil. A maior parte das pessoas encarceradas está culturalmente, socialmente e muitas vezes fisicamente vulnerável ao adoecimento, portanto, a promoção e prevenção à saúde dessa população são vista como uma forma de tentar manter a dignidade humana (LIMA et al., 2013). Segundo Souza et al (2012) o

campo preventivo ainda apresenta muitas dificuldades no desenvolvimento das ações em saúde nos presídios, devido aos fatores culturais e sociais.

Nessa perspectiva, o Ministério da Saúde e da Justiça, com a participação do Conselho Nacional de Secretários de Saúde, do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde e do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, permitiu a criação da Portaria Interministerial n.º 1.777, de 9 de setembro de 2003, estabelecendo o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNSSP). Esse plano foi criado através da perspectiva de que os apenados devem ser admitidos no Sistema Único de Saúde (SUS), a fim de garantir seus direitos à cidadania. Além do PNSSP, outros documentos legalizam o direito a saúde dos detentos, a exemplo da Constituição Federal de 1988, as Leis n.º 8.080, de 1990 e 8.142, de 1990 e a própria Lei de Execução Penal n.º 7.210, de 1984 (BRASIL, 2005).

Apesar de toda base documental, o cárcere ainda é um espaço muita vezes de desconstrução do ser e da sua dignidade. A luz dos direitos humanos, diante da perspectiva de fornecer dignidade, liberdade e igualdade para todos os cidadãos, percebe-se que sistema penitenciário possui uma realidade distante dessa perspectiva devido a vários fatores como a falta de estrutura física, deficiência na rede educacional, lentidão dos processos no Poder Judiciário, elevados índices de violência dentro dos presídios, entre outros (SANTOS, 2005).

Assim, entender a atmosfera prisional, seus impactos e formas de superação, pode ser um caminho para que a partir deste entendimento, se possa refletir pensar este espaço para além da privação da liberdade.

Desde o início da graduação tive um olhar voltado para o cuidar na saúde mental e espiritual e, em especial, para pessoas em situação de risco. Meu foco para esta temática surgiu com a oportunidade de desenvolver de participar de um Projeto de Extensão intitulado “A Terapia Comunitária como possibilitadora da melhoria da qualidade de vida dos Presidiários”, coordenado pela Prof^a. Priscilla Castro, realizado no período de maio a dezembro de 2012, na Cadeia Pública de Cuité-PB, cuja trajetória possibilitou uma gama de aprendizados, e assim, uma maior afinidade com a temática.

Desse modo, surgiu a inquietação desta pesquisa que buscou identificar o que levou o detento a prisão, como ele se sente em relação ao encarceramento e quais estratégias que ele usa para superar o dia-a-dia no confinamento prisional.

Partindo do pressuposto que a detenção traz impactos negativos à saúde física e, sobretudo mental das pessoas que ali vivem, o presente trabalho se justifica pela

importância de conhecer e compreender os possíveis impactos que a prisão pode vir a desencadear na sua saúde destes indivíduos. Pretende-se que este estudo possa contribuir para o avanço na produção científica sobre esta temática, uma vez que esse assunto ainda é pouco abordado.

Diante dessas reflexões emergem os objetivos deste estudo:



2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral:

- ✓ Conhecer e analisar, na percepção de detentos, os sentidos da prisão e suas estratégias de enfrentamento em uma cadeia pública do município de Cuité - PB.

2.2 Objetivos Específicos:

- ✓ Levantar um perfil sócio-demográfico e criminal dos colaboradores do estudo;
- ✓ Avaliar como o detento se sente diante do confinamento, com ênfase para sua saúde mental;
- ✓ Identificar as estratégias usadas pelos colaboradores do estudo para o enfrentamento do cárcere.



3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Prisão: um pouco da história e evolução

As condenações surgiram inicialmente através de espetáculos desumanos realizados em praça pública a fim de realizar uma extensa sessão de confissão dos crimes cometidos. Essas sessões eram realizadas diante do sofrimento do condenado, perante suas súplicas e manifestações de dor. No início do século XIX, esses rituais foram se extinguindo, abolindo a realização dos espetáculos punitivos e “a execução pública passava a ser vista como uma fornalha em que se acende a violência” (FOUCAULT, 2013, p.14).

No decorrer do século XIX, o poder concedido aos responsáveis pela punição dos condenados não deixou de existir, porém, não se concentrava mais como técnica de suplício e sofrimento, passara a ser realizada a perda de bens e direitos. Assim, a punição não era mais direcionada ao corpo, e sim a alma, atuando segundo eles, castigos sobre o coração, o intelecto, à vontade e a disposição do indivíduo. Na prática ainda existiam penas relacionadas ao corpo, como: diminuição da alimentação necessária, privação dos direitos sexuais, surgimento das masmorras, entre outros. Contudo, o surgimento da prisão vinha trazer um marco importante na evolução das punições dos condenados, onde, as prisões eram vistas como um mecanismo para diminuir o sofrimento e aumentar a humanização da execução penal (FOUCAULT, 2013).

Para Vasconcelos (2011), os cárceres eram instituídos antigamente através de masmorras, calabouços e torres que não serviam para designar a pena privativa de liberdade e sim para que os condenados ali esperassem por sua verdadeira punição, que muitas vezes, eram realizadas através de castigos físicos, como tortura e morte. No decorrer dos anos, a Igreja Católica e o Direito Canônico ganham influência e declaram que as penas deveriam ser realizadas proporcionalmente ao crime cometido. Porém, por volta do século XIX foi decidido que a pena privativa de liberdade seria a principal forma de punição realizada, assim, as condições ambientais das prisões começaram a ter relevância.

Uma vez firmada as prisões como espaço penal, enquanto isso no cenário brasileiro, nas décadas de 1920, 1930 e 1940, o número de pessoas encarceradas ainda era relativamente pequeno, devido ao estabelecimento do cumprimento penal destinado apenas para aqueles que possuíam a condenação propriamente dita. Em 1934, segundo o Cadastro Penitenciário e Estatístico do Brasil apenas 6.212 pessoas cumpriam algum tipo de pena, apresentando um número pouco alarmante se comparado com 46 228.607

habitantes na época. No entanto, a realidade criminal no país era controversa, já que durante essas décadas o sistema policial poderia realizar a prisão de pessoas sem a condenação formal da Justiça, dando-os uma autoridade maior perante o encarceramento e contribuindo para o aumento desordenado do número de pessoas nas prisões brasileiras (CANCELLI, 2005).

Até então, o aumento do número de pessoas no sistema penitenciário brasileiro não parecia alarmante nas estatísticas dos Estados, devido a não inclusão das detenções realizadas para averiguação. Essas práticas foram se expandindo também pelo interior dos estados, contribuindo para a superlotação do sistema, onde, além das averiguações, casos como alcoolismo, desordem e ócio eram considerados, até então, como as principais causas de detenção. Naquela época, o Rio de Janeiro era o estado que se encontrava com maior déficit nos presídios, seus centros de maior importância eram a Casa de Correção, a Casa de Detenção e a Colônia Correccional de Dois Rios, que encontravam-se unidas a Polícia do Distrito Federal, e sem condições dignas de funcionamento. Em 19 de abril de 1933, Floriano Reis, diretor da casa de detenção, confirmou, através de um comunicado ao Ministério da Justiça, a superlotação, alegando que existiam 917 detentos, onde a capacidade máxima era 450 (CANCELLI, 2005).

Hoje, a grande maioria da população carcerária vive sob condições humilhantes, diante da superlotação nos presídios e sob privação do direito à dignidade. Esses fatores vêm contribuindo para o aumento do número de doenças nos cárceres, muitas vezes relacionada às péssimas condições dos presídios, uso de drogas e precariedade na assistência a saúde (VASCONCELOS, 2011).

O ambiente e funcionamento das prisões interferem diretamente na saúde e no bem-estar dos indivíduos privados de liberdade, onde uma grande maioria já adentra o sistema prisional apresentando algum tipo de problema na saúde, vícios, ou transtornos mentais, que são agravados diante da situação caótica que vivenciam. É importante ressaltar a premissa de que os apenados, independente do crime cometido, devem permanecer privados de liberdade e não dos direitos humanos básicos essenciais à vida humana (BRASIL, 2005).

Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948, apud UNICRio, 2000) esses direitos foram adotados e proclamados através da resolução 217 A (III) pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em 10 de dezembro de 1948, no qual estabeleceu que o Estado fosse responsável pela proteção dos direitos

humanos, considerando que haviam relações amistosas entre as nações e essencialmente exposto na carta pelos povos das Nações Unidas, que deveria haver fé nos direitos humanos fundamentais, dignidade e valor da pessoa humana e igualdade nos direitos entre homens e mulheres. Em seu artigo V fica evidente que nenhum indivíduo deverá ser torturado, vítima de castigos cruéis, desumanos ou degradantes a pessoa humana.

Mesmo amplamente garantido em diversas bases documentais, os Ministérios da Saúde e da Justiça planejaram a criação de um Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNSSP), através da Portaria Interministerial n.º 1.777, baseado nos princípios do SUS objetivando certificar primeiramente de forma intersetorial a garantia do direito a saúde dos apenados (BRASIL, 2005).

O PNSSP, criado em 2003, é aplicado às pessoas que já foram julgadas e condenadas pela justiça, com o objetivo de fornecer a efetivação das políticas públicas no sistema prisional brasileiro. Constituído devido às condições desfavoráveis de habitação e proliferação de várias doenças, esse plano apresenta um caráter preventivo, onde as equipes de saúde podem ser encontradas dentro do sistema prisional ou fora dele, porém, concentra-se dentro do mesmo quando o número de apenados é maior que 100 indivíduos, e concentra-se fora do sistema quando o número de pessoas é inferior a 100. A política estabelece que quando a promoção da saúde for insuficiente, ou os encarcerados necessitarem de atenção de caráter de urgência, os mesmos devem ser encaminhados à unidade hospitalar municipal, estadual ou federal (BRASIL, 2010).

Outra conquista para a população presidiária nos últimos anos foi a implantação da Área Técnica de Saúde no Sistema Penitenciário (SISPE), do Ministério da Saúde (SISPE/MS) bem como, em 2010 com a criação da Legislação de Saúde no Sistema Penitenciário, em parceria com o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). A criação dessa legislação segue o ideal de algumas normativas através de parcerias realizadas para os apenados, principalmente dos gestores estaduais e municipais responsáveis dos Planos Operativos de Saúde no Sistema Penitenciário (POE). Assim, os estados que apresentam interesse em elaborar seu sistema penitenciário baseado nas premissas do PNSSP, devem organizar sua POE, a fim de definir a reponsabilidade dos órgãos de saúde e justiça (BRASIL, 2010).

Segundo Assis (2007), são vários os problemas relacionados à saúde no sistema penitenciário, destacando-se a superlotação das celas, a falta de higienização no ambiente carcerário, que compromete a saúde e o bem-estar físico e mental dos apenados, bem como o sedentarismo, má-alimentação, entre outros.

A realização de investimentos para reabilitar detentos, proporcionando sua reinserção na sociedade, a criação de penas mais leves para os delitos que apresentavam relação com drogas e a criação de penas alternativas, que em alguns casos, garantiam penas como liberdade vigiada, são exemplos de medidas adotadas na Suécia que minimizaram os índices de superpopulação carcerária (BOCCHINE 2013). Faz-se pertinente então refletir sobre as questões prisionais e traçar melhores caminhos para a prisão e a pena privativa de liberdade.

3.2 O homem e o espaço prisional

Nos países ocidentais se desenvolveu uma cultura patriarcal e machista, no qual os homens desempenham papéis de atividade política, como chefe de família, papéis públicos na vida em sociedade, enquanto a mulher e a sua figura pública tornava-se um mero objeto de uso e reprodução, além das características ditas femininas, como a maternidade (LOURO, 2008).

Contudo, não é novidade que a masculinidade, ao longo dos séculos, era vista de forma sexual, ou seja, o homem apenas pelo fato de ser homem nasceria com características masculinas marcadas pela virilidade. Concepções estas que vem sendo desconstruídas por ordens sociológicas e antropológicas de que o homem é um ser social, e moldado por sua cultura e sociedade (LOURO, 2008).

No mundo marcado hoje por uma cultura onde a violência se manifesta de diversas formas, não seria novidade, o homem se destacar como um elemento rotineiramente presente nos diversos episódios de violência que hoje circunda nossa sociedade. Assim, a condenação e a prisão é uma consequência natural do resultado dessas violências.

A população carcerária no Brasil é composta, em sua grande maioria, por adultos, caracterizado por homens brancos, solteiros e com idade inferior a 30 anos (BRASIL, 2005). Segundo o Ministério da Justiça (2008b), em 2008 a faixa etária das pessoas privadas de liberdade dividiam-se em 1% pessoas maiores de 60 anos, 15% pessoas de 35 a 45 anos, 17% pessoas de 30 a 34 anos, 26% pessoas de 25 a 29 anos, 31% pessoas de 18 a 24 anos, e 4% não foi preenchimento pelas Unidades da Federação. Em 2009 a alteração na faixa etária dos apenados foi levemente modificada, onde 1% correspondia a pessoas maiores de 60 anos, 6% a pessoas entre 46 e 60 anos,

15% a pessoas entre 35 e 45 anos, 18% a pessoas entre 30 e 34 anos, 27% a pessoas entre 25 e 29 anos, 32% a pessoas entre 18 e 24 anos, entretanto, apenas 1% não foi informado.

O Estado da Paraíba, em 2008, apresentou 4.062 homens e 127 mulheres em regime fechado, totalizando 4.189 pessoas; em regime semi-aberto encontrava-se 1.100 homens e 69 mulheres, totalizando 1.169 pessoas; e em regime aberto 382 homens e 23 mulheres, totalizando 405 pessoas. A população do sistema penitenciário estava-se com aproximadamente 8.917 detentos, com apenas 5.163 vagas disponíveis no Estado (BRASIL, 2008b).

O perfil sócio demográfico dos encarcerados permite identificar aspectos relevantes sobre a população que se encontra no sistema penitenciário do Brasil. Segundo dados do INFOPEN, a população que vive sob privação da liberdade é composta por 157.089 homens e 9.299 mulheres que encontram-se em regime fechado, totalizando 166.388 pessoas sob privação total da liberdade; em regime semi-aberto encontra-se 60.183 homens e 3.626 mulheres, totalizando 63.809 pessoas sob perda parcial da liberdade; e em regime aberto apresentava-se 18.911 homens e 1.631 mulheres, totalizando 20.542 pessoas. Nesse sentido, buscamos compreender a evolução dos sistemas carcerários nos últimos anos, em 2007 apresentava-se 1701 estabelecimentos, em 2008 apresentava 1735 e em 2009 aumentou para 1806 totais de estabelecimentos penitenciários (BRASIL, 2008b).

Segundo o Ministério da Justiça (2008b), o nível de escolaridade da população carcerária custodiada no sistema penitenciário em 2008 apresenta-se com 28432 analfabetos, 47004 alfabetizados, 172926 fundamental incompleto, 49262 fundamental completo, 41701 ensino médio incompleto, 28972 médio completo, 3718 superior incompleto, 1705 superior completo e apenas 68 pessoas acima de superior completo. Em 2009 as modificações foram pouco perceptíveis, apresentando 26091 analfabetos, 49521 analfabetos, 178540 fundamental incompleto, 67381 fundamental completo, 44104 médio incompleto, 31017 médio completo, 2942 superior incompleto, 1715 superior completo e apenas 60 pessoas acima de superior completo (BRASIL, 2008b).

A população privada de liberdade, predominantemente, é composta por homens de baixa renda que foram condenados pelos atos de furto e roubo. A sua grande maioria não teve direito ou chance de se alfabetizar, e não possuíam uma profissão definida, caracterizando o alto índice de reincidência quando saem do sistema prisional, isso ocorre devido a falta de recursos financeiros e a diminuição de chances de emprego

ofertadas, aumentando ainda mais a condição de exclusão que esse grupo sofre (BRASIL, 2005).

Embora a legislação brasileira busque a reinserção social paulatina dos presos, mediante, principalmente, autodisciplina e bom comportamento, de nada adianta se a própria sociedade não lhes oferece oportunidade de mudar de vida. A omissão estatal, manifestada desde o início da vida dessas pessoas, quando lhes são negadas oportunidades de fazer suas próprias escolhas existenciais, e a omissão da própria sociedade, que os vê como pessoas estigmatizadas e, portanto, negando-lhe igualmente novas possibilidades (principalmente no que se refere a empregos), acabam por impedir que a intenção do legislador de atribuir a pena um caráter não apenas punitivo seja concretizada.

O sistema penitenciário brasileiro é orientado pelo sistema progressivo de cumprimento de pena, vale dizer, o preso condenado tem a possibilidade de progredir entre os regimes previstos para que, paulatinamente, seja reinserido no convívio social. Não se trata, contudo, de um simples benefício ao recluso, mas de um estímulo à correção de rumos, com a finalidade de fazer com que o preso busque um regime menos severo, por mérito próprio. Caso assim não fosse, a prisão teria como fim apenas o de retribuir o mal causado à sociedade pelo condenado, não permitindo que a ressocialização fosse alcançada (GRECO, 2011).

Segundo Greco (2011) têm-se hoje no Brasil três regimes de cumprimento de pena, quais sejam: regime fechado, aplicável aos presos, em regra, condenados a penas acima de oito anos de reclusão; regime semi-aberto, determinado a réus condenados a penas acima de 4 e que não exceda a 8 anos de reclusão e por fim, o regime aberto, para os condenados a penas de até 4 anos de reclusão. Tais parâmetros não são absolutos, visto que é permitido ao juiz avaliar, caso a caso, as condições subjetivas (personalidade e conduta social) do réu para que o regime seja o mais adequado ao cumprimento da pena.

3.3 A prisão – características e impactos a saúde mental

Segundo Goffman (2003) os estabelecimentos sociais eram definidos como edifícios, salas ou até fábricas, essa determinação servia para qualquer lugar em que se sucedesse algum tipo de atividade. Esses estabelecimentos foram apresentados de várias formas, onde, uns apresentam mais abertura e outros uma maior tendência para o

fechamento. Esse fechamento abrange muitos sentidos, inclusive no que se referem ao corpo, tomando como exemplo, o fechamento de portas, uso de arame farpado, adoção de paredes altas, entre outros. A esses estabelecimentos se designou o título de instituições totais. Estas que são classificadas através de uma combinação, devem ser instituídas como um local de trabalho e ao mesmo tempo de moradia, que é abrangente a indivíduos que foram afastados da sociedade por um determinado período.

As instituições totais foram agrupadas em cinco categorias: A primeira era destinada a pessoas que não apresentavam nenhum tipo perigo a sociedade, como idosos, cegos, ou órfãos, caracterizados como pessoas inofensivas; a segunda era destinada a pessoas que não conseguiam realizar seu próprio autocuidado, e que de alguma forma apresentavam perigo a sociedade, como aquelas que apresentassem alguma doença contagiosa, como a tuberculose; a terceira era destinada aos indivíduos que apresentavam perigo de forma intencional, como aqueles que adentravam os presídios e penitenciárias; a quarta instituição total era destinada para a realização de alguma atividade de trabalho, como nos quartéis ou campos de trabalho; e a quinta, e última instituição, foi destinada a pessoas que buscavam refúgio do mundo ou para fins religiosos, como mosteiros e conventos (GOFFMAN, 2003).

O caráter total dessas instituições atua no indivíduo de uma forma, exorbitantemente, intensa, ocasionando um processo de várias transformações pessoais e sociais. A admissão é marcada por uma despedida e um começo; despede-se de seus bens materiais, que é apontado como um fator relevante devido ao sentimento que as pessoas desenvolvem pelos bens que possuem, porém, o autor define a perda do nome como a mais significativa, descrevendo-a como uma grande mutilação do eu. O começo dessa nova fase é marcado pela substituição de seus pertences pessoais por outros, que se exibem de forma padronizada, de qualidade ruim, mal ajustada, e frequentemente velha (GOFFMAN, 2003).

O indivíduo que adentrava uma instituição total perdia, em sua grande maioria, sua relação com o próprio eu. Essa perda era evidenciada pela retirada de objetos e instrumentos pessoais que aquela pessoa estava habituada a fazer uso, entre eles destaca-se: roupas, cosméticos, aparelho de barbear, entre outros utensílios que moldavam a sua aparência; contudo, seus objetos pessoais serão guardados e devolvidos quando o mesmo sair da instituição. Como se não bastasse essa deformação pessoal, essas instituições também são marcadas pela existência da desfiguração pessoal, apontadas por mutilações diretas ao corpo (GOFFMAN, 2003).

Embora esses mecanismos de mortificação do eu sejam encontrados em poucas instituições totais, ocorre à perda ou diminuição da segurança que o indivíduo sentia, e muitos fatores levam esses indivíduos a temer por sua integridade física, onde, esses fatores são desencadeadores de um sentimento de fracasso e impotência. O autor busca mostrar as condições apresentadas por todos os tipos de confinamento vivenciados nos últimos tempos, através de análises de estabelecimentos fechados e expõe que as instituições totais apresentam um poder modelador e ao mesmo tempo mutilador do eu, mas também apresenta características que buscam (res)socializar o indivíduo (GOFFMAN, 2003).

Originalmente Michel Foucault (2013) aborda em sua obra “Vigiar e Punir” o caráter das punições e do confinamento e como estas vêm se transformando com os anos. Na antiguidade, o autor afirma que as punições eram realizadas através da execução de atos violentos e desumanos, e com o passar do tempo evoluiu para aquelas que seriam realizadas a alma, e não mais ao corpo. Contudo, atualmente, punir demanda uma série de questionamentos.

Para Foucault (2013), o período da Idade Média foi marcado pela construção dos inquiridos, a fim de estabelecer a real história sobre o crime, e assim, o indivíduo seria julgado. Para que ocorresse um julgamento bem construído era necessário que houvesse o conhecimento prévio da infração cometida, do responsável, e da lei, e assim, surgiram às diversas indagações realizadas perante um julgamento. Outro fator que repercutiu e se fez importante foi à evolução da loucura diante da prática penal. O código francês de 1810 estabelecia, no final do artigo 64, que não seria considerado um crime aqueles que fossem praticados por pessoas em estado de demência. E assim, ao estabelecer a loucura como justificativa das ações realizadas, o ato não seria mais visto como um crime ou delito.

Para obter-se a confirmação do estado de loucura, não era realizado apenas um exame no suspeito de demência, os efeitos deveriam ser realizados antes e após a sua sentença. O indivíduo que apresentasse transtornos mentais não poderia receber uma pena mais leve, ou ser absorvido de seu crime, de tal modo, seu veredicto final era determinado por loucura, onde, o mesmo devia ser tratado ao invés de punido (FOUCAULT, 2013).

Os indivíduos privados de liberdade não perdem apenas o direito de serem livres, direitos como a dignidade e a personalidade vão se esvaindo diante do cárcere. Em resposta a esses fatores é revelado o sistema de vingança, que muitos acreditam ser

justiça, uma ação verdadeira contra a dignidade humana. Contudo, o apenado antes de ser julgado por suas transgressões deve ser visto como ser humano, que precisa que seus direitos sejam preservados. Neste caso, é necessário que os sistemas penitenciários ofereçam suporte para que ocorra a ressocialização dos apenados na sociedade após o cumprimento de sua pena (VASCONCELOS, 2011).

Nenhum indivíduo nasce mau, ou propenso a realizar crimes, é necessário identificar que as pessoas que hoje adentram os cárceres em algum momento de suas vidas tiveram seus direitos violados, causando-lhes revolta e induzindo a realização do crime. A fim de que esse ideal mude, parte-se da premissa que o sistema penitenciário deve ofertar meios de ressocialização e reabilitação dos presos, para que se tornem pessoas socialmente aceitas. O governo deve se sensibilizar que contribui parcialmente pelo aumento dos índices dos crimes que ocorrem no Brasil, e que devem se organizar para produzir um sistema penitenciário que atenda as necessidades básicas que um detento precisa, para que se possa construir um novo cidadão, destaca-se sobretudo, a saúde mental (VASCONCELOS, 2011).

O avanço na desigualdade social nos últimos anos, e permanência dos altos índices de aprisionamento vem chamando atenção diante do crescimento econômico, da violência e das condições sociais presentes. Devido o desenvolvimento dos ideais econômicos neoliberais, que possuem por sua vez a lógica do capital, impactam a vida humana, promovendo desigualdade e segregação social, trabalho precário para as classes mais baixas e conseqüentemente o aumento da violência. Aqui surge a prisão como instituição necessária para o controle dessa violência. Na teoria, o Estado por meio desta instituição, estaria cumprindo a lei e mantendo a ordem social. Entretanto, na situação atual dos presídios brasileiros, a lei é violada constantemente e a ordem social não é proporcionada. Assim, a prisão, criada tanto por justificativas econômicas quanto políticas, deveria garantir todos os direitos do apenado, sendo um deles a saúde física e psicológica, que é imprescindível, mas sofre violações cotidianamente (SILVA; GUZZO, 2007).

A Constituição Federal de 1988 assegura diversos direitos ao preso, dentre eles em seu artigo 5º, XLIX “é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral”. No entanto a atual situação dos presídios brasileiros viola constantemente direitos essenciais à dignidade da pessoa humana. O cenário físico e estrutural, a segurança, alimentação e profissionais destas instituições põem em risco todo o sistema de garantias de direitos assegurados (VASCONCELOS, 2011).



4. CAMINHO METODOLÓGICO

Segundo Gil (2008) a ciência permite que sejam obtidos os fatos de uma determinada pesquisa através do conhecimento científico que se caracteriza pela obtenção da veracidade dos fatos. Esse conhecimento passa por um processo de verificação onde se determina o método a ser utilizado para alcançar o objetivo desejado. Dessa forma, o método científico pode ser compreendido como um caminho para se chegar a determinados fins os quais são construídos de acordo com o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos. Nesse sentido será apresentado adiante os passos que serão percorridos para alcançar as metas proposta para este estudo.

4.1 Tipo de Estudo

Trata-se de um estudo de natureza exploratório-descritiva sob a perspectiva de uma abordagem qualitativa. Nesse sentido, este estudo levará em consideração a relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números (GIL, 2008).

Segundo Minayo (1993) a abordagem qualitativa se fundamenta através da subjetividade e do simbolismo, buscando compreender as relações e as atividades humanas e caracterizando-se pela aproximação realizada entre o sujeito e o objeto, uma vez que ambos são da mesma natureza.

Para Gil (2008) na pesquisa exploratória o pesquisador aproxima-se de um determinado assunto, ainda pouco investigado, pouco explorado e ao final desta pesquisa o autor conhecerá mais sobre aquele assunto e assim estará apto a construir hipóteses a partir do que foi pesquisado. Este estudo também tem caráter descritivo na medida que as pesquisas descritivas possuem como objetivo a descrição de características de uma dada população, fenômeno ou de uma experiência.

4.2 Local da Pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida na Cadeia Pública de Cuité, localizada no Curimataú Paraibano. A referida cadeia possui importância relevante para região visto que a mesma abriga em média cerca de 40 detentos.

4.3 População e Amostra

O universo ou população de uma pesquisa é caracterizado como elementos que possuem determinadas características em comum. Já a amostra, refere-se ao subconjunto do universo de uma determinada população, que estabelece as suas características. Nesse sentido, obtém-se um conjunto, onde, a população é referente a um determinado quantitativo de pessoas em um determinado local e a amostra caracteriza-se pela parte selecionada para o procedimento (GIL, 2008).

Neste estudo, a população foi composta por todos os detentos da Cadeia Pública do município de Cuité – PB e a amostra por aqueles que desejaram livremente participar do estudo, assim, ao final da pesquisa tivemos a participação de seis (N=6) detentos.

Nesse sentido, o público alvo deste estudo foi composto por homens que vivenciam, cotidianamente, situações prisional a fim de entender o impacto que esse encarceramento apresenta na vida desses indivíduos com ênfase a sua saúde mental.

4.4 Critério de inclusão:

Para participar do estudo o colaborador deveria está em regime fechado de detenção, ser maior de 18 anos e desejar participar livremente do estudo, desde que ciente de que não haveria nenhum ganho jurídico, ou qualquer outro benefício.

4.5 Instrumento para coleta de dados

O instrumento utilizado para a coleta de dados deste estudo foi um roteiro de entrevista do tipo semi-estruturado contendo perguntas objetivas, de caracterização da amostra como também de ordem subjetiva, voltadas ao objetivo principal da pesquisa.

4.6 Aspectos Éticos da Pesquisa

Foram levados em consideração os aspectos éticos contidos na Resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) que dispõe sobre o respeito a dignidade humana e proteção a vida aos participantes de pesquisas científicas

envolvendo seres humanos com ênfase para os princípios de beneficência, não maleficência e autonomia (BRASIL, 2012). Também levou-se em atenção a Resolução 311/2007 do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN), que trata do Código de Ética dos profissionais de Enfermagem e, por conseguinte, da ética do profissional de enfermagem diante da realização de uma pesquisa científica. Assim, o projeto contou com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A) em consonância com a Resolução 466/12 do CNS.

4.7 Procedimento para coleta de dados

A coleta de dados ocorreu mediante aprovação do presente Projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e consequente emissão de um código único chamado Certificado de Apresentação para Apreciação Ética – (CAAE), este trabalho registrado sob o número 31105814.0.0000.5182.

Diante da aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa marcou-se previamente um encontro no local do estudo para apresentar a pesquisa e convidamos os detentos a participarem, caso assim desejem, respeitando os critérios de inclusão.

A pesquisadora expôs da forma mais clara possível os critérios de beneficência, não maleficência e autonomia desta pesquisa. Após esclarecimento dos objetivos e importância do estudo, o colaborador do estudo foi convidado a assinar o do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O pesquisador responsável ficou a todo tempo à disposição do entrevistado para quaisquer dúvidas ou esclarecimentos sobre a pesquisa.

Assim, a coleta dos dados foi realizada no período da manhã, em uma sala usada pelos agentes penitenciários, através de um roteiro de perguntas, onde as respostas foram gravadas.

4.8 Análise dos dados

A análise dos dados deste estudo foi realizada a luz do Discurso do Sujeito Coletivo segundo Lefèvre e Lefèvre (2005) e discutidos de acordo com a literatura pertinente à temática. Para melhor conhecer o método, passaremos a uma maior caracterização deste:

4.8 .1 Discurso do Sujeito Coletivo à luz de Lefèvre e Lefèvre (2005)

Segundo Lefèvre e Lefèvre (2005) os pensamentos individuais e coletivos apresentam-se de forma distinta de atributos variáveis, como peso e altura. As pessoas e coletividade apresentam ideias, opiniões, crenças, e valores de acordo com suas particularidades. Deste modo, se expressa à dificuldade de avaliar os pensamentos dos indivíduos através de um método quantitativo, que se atribui, por exemplo, ao peso e altura de alguns determinados indivíduos. Contudo, os pensamentos expressos podem ser caracterizados sob forma de discurso, o que quer dizer que estará descrevendo as falas dos indivíduos de forma melhor e mais adequada. E por fim, com o intuito de realizar questionamentos mais abertos e juntar os discursos individuais (que expressem o pensamento da coletividade), criou-se o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), que é uma proposta qualitativa que visa à obtenção de dados de natureza verbal.

O Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) é caracterizado como um discurso-síntese e como principal figura metodológica, que redige na primeira pessoa do singular, e é composta por expressões chaves (ECH), que apresenta ideia central (IC) ou ancoragem (AC). Assim, esse discurso consiste em uma abordagem qualitativa e busca representar pensamentos de uma coletividade através de perguntas e respostas abertas em forma de questionário (LEFEVRE; LEFEVRE, 2005).

Estudiosos veem aprofundando-se na abordagem qualitativa e estão constantemente realizando novas pesquisas, e ajustando alguns métodos na pesquisa social. Para tanto, estes afirmam que a realização de entrevistas feitas apenas com questões fechadas limita muito o pensamento das pessoas que vão ser pesquisadas, e com isso, surge à necessidade de implementação de questões abertas, que segundo os autores apresentam o intuito de aprofundar as razões subjacentes, e assim, escolha pela alternativa de respostas (LEFEVRE; LEFEVRE, 2005).

A proposta do DSC incide em analisar o material verbal que é coletado, extraídos dos depoimentos. Portanto, esse discurso é classificado como uma estratégia metodológica, através de métodos discursivos, que tornam as representações sociais mais evidentes. E assim, foram estabelecidas três essenciais figuras metodológicas, entre elas: Expressões-chave (ECH), Ideias Centrais (IC) e Ancoragem (AC) (LEFEVRE; LEFEVRE, 2005).

As expressões-chave são descritas como pedaços, trechos ou transcrições literais do discurso, onde se busca o resgate da literalidade do depoimento. Em sua composição devem ser sublinhadas, iluminadas, coloridas pelo pesquisador, a fim de destacar a o conteúdo discursivo, e por fim, a construção do discurso do sujeito coletivo se faz através da matéria-prima dessas expressões; as ideias centrais buscam descrever, de forma verdadeira e de uma maneira sintética, qual o sentido do discurso, assim, essas ideias se estabelecem como descrição, e não de interpretações; e a ancoragem, que foi estabelecida como uma “diferença” das ideias centrais, é uma figura metodológica inspirada na teoria da representação social, e é definida como uma manifestação linguística específica de uma determinada teoria (LEFEVRE; LEFEVRE, 2005).

4.9 Financiamento

Todas as despesas decorrentes da viabilização desta pesquisa foram de responsabilidade da pesquisadora participante. A Universidade Federal de Campina Grande, *Campus Cuité*, disponibilizou referências contidas em sua biblioteca, computadores e conectivos, bem como pesquisador responsável.



5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apresentam-se a seguir os resultados referentes a análise e discussão dos dados encontrados nas entrevistas. Na primeira parte dos resultados, apresentam-se os achados referentes aos caracteres sócio demográficos dos participantes, permitindo identificar idade, estado civil, renda familiar, escolaridade, cidade de origem, entre outros. Na segunda parte dos resultados se apresentam os caracteres referentes a relação encarceramento e saúde mental.

5.1 Dados de Caracterização da Amostra

Tabela 1. Caracterização sócio-demográfica dos colaboradores do estudo. Cadeia Pública de Cuité. Julho, 2014. (N=6).

Sujeitos	Idade	Origem	Estado Civil	Raça	Escolaridade	Renda Familiar
S1	28	Cuité-PB	Solteiro	Negro	Fundamental incompleto	1 salário mínimo
S2	32	Barra de Santa Rosa-PB	Solteiro	Branco	Fundamental incompleto	Maior de 1 salário mínimo
S3	19	Campina Grande-PB	Divorciado	Pardo	Alfabetizado	Maior de 1 salário mínimo
S4	26	Pocinhos-PB	Casado	Pardo	Fundamental incompleto	1 salário mínimo
S5	27	Campina Grande-PB	Solteiro	Negro	Não-Alfabetizado	Menor de 1 salário mínimo
S6	24	Nova Cruz-RN	Solteiro	Pardo	Fundamental incompleto	1 salário mínimo

Fonte: Pesquisa Direta (2014)

A maioria dos detentos apresentou idade variando entre 20 e 30 anos e, apenas dois deles ficaram fora dessa faixa etária. Com relação à cidade de origem, as respostas apresentaram-se variadas, onde, apenas um entrevistado não era proveniente do estado da Paraíba, em especial da região do Curimataú. Quanto à raça, percebeu-se que a grande maioria se considerava negro ou pardo e, apenas um entrevistado caracterizava-se como branco. No Brasil, a população carcerária é composta, em sua grande maioria,

por adultos que apresentam faixa etária inferior a 30 anos, e são compostos por homens brancos e solteiros (BRASIL, 2005).

Ainda no que diz respeito à tabela 1, quanto à escolaridade, a maioria dos entrevistados possuía o ensino fundamental incompleto, apenas um (1) alfabetizado, e por fim, apenas um (1) não teria acesso ao estudo. Em âmbito nacional o nível de escolaridade da população carcerária apresentava-se da seguinte maneira: Em 2008, apresentavam-se 28432 analfabetos, 47004 alfabetizados, 172926 fundamental incompleto, 49262 fundamental completo, 41701 ensino médio incompleto, 28972 médio completo, 3718 superior incompleto, 1705 superior completo e apenas 68 pessoas acima de superior completo (BRASIL, 2008b).

Frente a essa questão, sabe-se que esse público não teve, ou não tem muitas oportunidades de construir uma carreira profissional. É relevante destacar que essa interrupção no estudo pode, por consequência, influenciar na falta de um emprego estável. No quesito renda familiar, três (3) entrevistados afirmaram que a família é sustentada por um salário mínimo; dois (2) afirmaram ganhar mais de um salário mínimo; e apenas um (1) afirmou menos de um salário mínimo.

A maior parte dos indivíduos que são privados de liberdade apresentam baixa renda, não tiveram oportunidade de se alfabetizar, e não apresentam um emprego estável ou definido (BRASIL, 2005).

A Tabela 2, abaixo apresentada, traz dados voltados a tipificação dos crimes cometidos pelos colaboradores da pesquisa.

Tabela 2. Distribuição da tipificação de crime cometido pelos colaboradores do estudo. Cadeia Pública de Cuité. Julho, 2014. (N=6).

Crime	F	%
Assalto à mão armada (Cód: 157)	2	33,6%
Moto Adulterada (Cód: 311)	1	16,6%
Roubo (Cód: 157)	1	16,6%
Homicídio (Cód: 121)	1	16,6%
Indução de menor a bebida alcoólica (Cód: 243)	1	16,6%
Total	6	100%

Fonte: Pesquisa Direta (2014)

As informações coletadas revelaram que existe uma grande diferença entre os crimes cometidos pelos entrevistados, alguns de periculosidade “menor” outras de

periculosidade “maior”, no que se diz respeito ao crime propriamente dito, muito embora, a realidade encontrada seja diferente.

Segundo Lima (2013), nas últimas décadas é evidente o aumento do número de presos que adentra o sistema penitenciário brasileiro, e isso é decorrente da elevação dos índices de criminalidade e violência nos últimos tempos.

Segundo dados divulgados no INFOPEN, o Estado da Paraíba, em 2008, apresentava 4.062 homens vivendo em regime fechado de reclusão; em regime semi-aberto encontrava-se 1.100 homens; e em regime aberto 382 homens (BRASIL, 2008b). Esses dados não parecem tão alarmantes, mas se comparados à capacidade de suporte que as penitenciárias brasileiras apresentam, e a quantidade de apenados no país, os índices são preocupantes.

Considerando-se a importância do conhecimento quanto ao processo penal dos indivíduos entrevistados foi solicitado que os participantes da pesquisa indicassem o número de prisões ocorridas; se passara pelo julgamento; e o tempo de reclusão.

A maior parte dos entrevistados afirmou não estar preso pela primeira vez e, apenas um, afirmou ser réu primário. Acredita-se que a ausência do direito ao estudo, e a falta de uma profissão definida, podem caracterizar o alto índice de reincidência desses indivíduos ao sistema penitenciário. Esses fatores são decorrentes da dificuldade financeira que vivenciam e pelas situações de exclusão a que são expostos (BRASIL, 2005).

Segundo Martins e Oliveira (2013), quando os indivíduos reincidentes são libertos de um sistema penitenciário, estes se deparam com os problemas que o mundo e a sociedade impõem, apresentando dificuldade em sua reintegração com o meio social. Em sua pesquisa os participantes relatam que as condições que foram submetidas eram completamente contrárias àquelas que favoreceriam o seu retorno à sociedade, e que mesmo a polícia, a justiça, ou o governo estão longe de ofertar condições favoráveis para esse retorno, eles atuam no sentido oposto, impossibilitando a recuperação dos ex-detentos. Os autores também afirmam que o preso sente a necessidade de provar constantemente a sua recuperação para o meio, mas esse mesmo meio não oferece subsídios para que voltem a viver sem a marca que a prisão deixa.

Com relação ao julgamento, apenas dois (2) dos entrevistados foram julgados, evidenciando que a maioria ainda aguarda pela realização do seu julgamento. O tempo de reclusão que vivenciam é bastante variável, três dos entrevistados estão em regime

fechado de reclusão a pelo menos um ano, e os outros três relataram estar em regime fechado a menos de seis meses.

5.2 Dados referentes a relação saúde mental x encarceramento

Quadro 1: Discurso do Sujeito Coletivo em resposta a pergunta: “Como é para você estar preso?”

Ideia Central	Discurso do Sujeito Coletivo
Muito ruim o convívio prisional	<p>Suj. 1: “[...] É ruim, o dia-a-dia de viver aqui dentro, é muito ruim [...].”</p> <p>Suj. 3: “[...] Não é bom, é, já sofri muito, sem família aqui dentro, sem ninguém vindo vir me visitar [...].”</p> <p>Suj. 4: “[...] É ruim. Eu acho que eu to pagando o que eu fiz de errado, desobedeci à lei, to pagando [...].”</p> <p>Suj. 6: “[...] Ruim demais. Não tem como expressar não [...].”</p>

Fonte: Pesquisa Direta (2014)

O quadro acima demonstra que para os entrevistados os sentimentos presentes na prisão são de aspectos negativos, relatados em sua maioria como ruim, devido uma série de fatores. A ausência do convívio familiar é um dos fatores mais apontados, o qual implica em uma série de decepções, como a quebra do seu papel na família, ou a impossibilidade de estar presente no crescer e desenvolver dos seus filhos.

O confinamento também é visto como um dos fatores desencadeadores desse negativismo, a quebra da interação com o meio social acaba impedindo a criação de vínculos, transformando o dia-a-dia do comprimento penal em algo mecanicista. As experiências adquiridas no ambiente carcerário impossibilitam que haja um desenvolvimento de projetos e metas futuras, e conseqüentemente, o detento acaba se adaptando a vida hostil em que vive (LIMA, 2013).

A negatividade imposta pelo encarceramento penal fica evidente nas falas dos entrevistados independente dos fatores que contribuem para essa representação pessoal.

Frinhani e Souza (2005) relatam que a representação social sobre cárcere é considerada complexa, pois envolve as representações do encarcerado sobre o espaço prisional em si. Mesmo sua pesquisa sendo realizada com o público feminino, foi observada a correlação entre os sentimentos negativos adquiridos durante o cumprimento da pena.

Ainda sobre a ótica de Frinhani e Souza (2005), as representações sociais sobre o cárcere apresentaram ambiguidade, onde, de um lado identifica-se a construção de um espaço negativo, caracterizado como “um terror”, “o inferno” ou “tudo de ruim”, e por outro, nota-se a construção de um novo aprendizado, e novas oportunidades que a vida lhe oferece.

Quadro 2: Discurso do Sujeito Coletivo em resposta a pergunta: “Qual é o seu sentimento atual sobre o crime praticado?”

Ideia Central – 1	Discurso do Sujeito Coletivo
Arrependimento	<p>Suj. 1: “[...] Eu me arrependo sim do que eu fiz, então hoje eu peço a Deus pra não repetir mais nesse erro, e no dia que eu fui na audiência eu falei pro juiz, e o promotor reconheceu também [...]”</p> <p>Suj. 4: “[...] Fui errado, totalmente errado, ter cometido o que eu fiz hoje né, hoje não, muito tempo atrás, no passado [...]”</p>
Ideia Central – 2	Discurso do Sujeito Coletivo
Indiferença	<p>Suj. 2: “[...] Não, isso ai eu num me arrependo não, que é com o que eu mecho, é com moto [...]”</p> <p>Suj. 3: “[...] Não vou dizer que eu tô arrependido, tô arrependido de estar aqui, mas do crime não tem como se arrepender [...]”</p>

Fonte: Pesquisa Direta (2014)

Os trechos traduzem os sentimentos vivenciados pelos entrevistados quanto ao crime realizado. As ideias centrais mais encontradas se classificam em arrependimento, e a falta de sentimento quanto ao delito cometido.

O depoimento descrito na primeira ideia central carrega uma bagagem de sentimentos fortes e as expressões utilizadas apresentam características de arrependimento e mudança. Contudo, baseando-se nos ensinamentos de Tavares (2008)

se arrepende e se sentir culpado são mecanismos de um discurso muito usado nos presídios, como uma parte da trajetória do cumprimento de sua pena. Porém, em sua pesquisa esse mecanismo é rompido, onde o entrevistado sempre afirma o seu não arrependimento, sendo este pautado no discurso da vida sofrida e precária que viveu, muito embora, não seja pior que a realidade vivenciada no cárcere.

Os trechos descritos na segunda ideia central apresentam divergência da primeira ideia central. Os apenados mostraram-se indiferentes quanto ao sentimento que vivenciam na prisão, e não demonstraram nenhum tipo de remorso. Em estudo realizado por Sequeira (2006), mesmo diante de situações inusitadas no cárcere, como um desabafo, apenados são capazes de se mostrar indiferente em algumas demonstrações de afetividade. Diante disso, percebe-se em sua pesquisa que os apenados não demonstraram expressão de dor ou sofrimento, e nem outra característica que indicasse alteração, no olhar, ou sinais corporais evidentes na vivência do cárcere.

Quadro 3: Discurso do Sujeito Coletivo em resposta a pergunta: “Como você se sente em relação a sua família?”

Ideia Central – 1	Discurso do Sujeito Coletivo
Saudade	Suj. 1: “[...] A convivência no dia-a-dia dar muita saudade pra todos nós, então eu penso na minha filha [...]”
Ideia Central – 2	Discurso do Sujeito Coletivo
Solidão	Suj. 3: “Eu me sinto só, me sinto só, sem ninguém, eu quando tem visita dos outros familiares eu fico triste, eu num vejo a minha, choro num canto..”
Ideia Central – 3	Discurso do Sujeito Coletivo
Abandono	Suj. 4: “A minha família não vem me vê aqui, me abandonaram. A não ser a minha esposa né, que vem me vê.”

Fonte: Pesquisa Direta (2014)

No quadro 3, percebe-se que os entrevistados manifestam sentimentos familiares diferentes, saudade, solidão e abandono, classificados em três ideias centrais distintas. A realidade dentro do cárcere não é fácil, muitos presos vivem em condições subumanas e passam por diversas situações humilhantes, por isso, para alguns apenados a presença e

o apoio familiar são fundamentais para sua sobrevivência. A presença dos filhos é essencial para preencher o vazio deixado pela vivência no cárcere, mas se tratando de crianças estas precisam ser acompanhadas pelo familiar e muitas vezes apresentar uma autorização expedida pelo juizado da vara da infância e juventude para poder entrar no presídio (SANTOS; SANTOS, 2011).

Segundo Silva e Guzzo (2007), a privação da liberdade também atinge a família do apenado, que muitas vezes, passa por dificuldades para sobreviver após a prisão. Quando o homem é preso, a mulher recebe uma carga maior de responsabilidade, como: chefe familiar, criação dos filhos, e obrigação de prover as despesas para manter o lar. E quando o homem responsável por prover as despesas é preso, a sobrecarga emocional, de trabalho, e privação de alguns recursos acentua a vida dos familiares.

Mesmo diante de condições humilhantes, e da privação da liberdade, o apenado tem direito a manter contato com os familiares e pessoas próximas através das visitas. Em contrapartida, mesmo que as companheiras, filhos e amigos possam ter direito a visita, isso não garante total privacidade, onde, em alguns casos os contatos são realizados nas próprias celas ou pavilhões. Ainda é questionada a representação do cárcere para o desenvolvimento das crianças, sendo relativamente importante pensar no filho que frequenta o ambiente prisional e aquele que não frequenta, e como de alguma maneira eles sofrem a influencia do encarceramento paterno (SILVA; GUZZO, 2007).

Segundo Santos e Santos (2011), a família se torna vítima do encarceramento. A discriminação após a prisão não é exposta apenas ao apenado, ela atinge a família e pessoas próximas também, que mesmo não contribuindo para a realização do delito, sofre com a exposição que o cárcere impõe. O sofrimento familiar perlonga em muitas situações no período do cumprimento da pena, e este fica evidente durante as visitas no presídio, muitas vezes marcada pela rispidez com que são tratados durante a espera para ver o preso.

Quadro 4: Discurso do Sujeito Coletivo em resposta a pergunta: “Como é conviver com a saudade?”

Ideia Central – 1	Discurso do Sujeito Coletivo
Suportável	<p>Suj. 2: “O indivíduo tem que segurar, se aguentar com ela mesmo.”</p> <p>Suj. 4: “Tem que se conformar cada dia que a gente passa aqui..”</p>

Ideia Central – 2	Discurso do Sujeito Coletivo
Difícil	Suj. 3: “O que eu to passando ta sendo bem difícil, bem difícil mesmo. [...] Eu nunca pensei que fosse ser tão difícil ta aqui dentro. [...] Eu sofri aqui dentro. Coisas que eu nunca imaginei que eu ia passar, eu passei.”

Fonte: Pesquisa Direta (2014)

Quando os entrevistados foram questionados sobre como conviver com a saúde, surgiram as seguintes ideias centrais: ‘suportável’, onde, o apenado transmite a ideia de força; e ‘difícil’, transmitindo sentimento de sofrimento atrelado à dificuldade no dia-a-dia do aprisionamento.

Diante dessas observações, verifica-se que alguns colaboradores desse estudo estão passando por dificuldade em lidar com fatores que o encarceramento impõe, principalmente quando é relacionado à falta do convívio familiar. Embora também possam relacionar-se a outros fatores que geram situações estressantes, como: infância traumática, características de personalidade, perda do convívio social, entre outros. E esses resultados evidenciaram a relevância do acompanhamento psicológico para este público, que necessitam de uma atenção maior direcionada para suas fragilidades mentais, que contribuem em algumas situações para o surgimento de depressão.

Sentimentos negativos persistentes podem a médio prazo tornar-se sinais depressivos, sobretudo para aqueles que enfrentam as dificuldades do encarceramento penal, e que, por muitas vezes, não recebem nenhum apoio psíquico de ordem institucional ou medica (LIMA, 2013).

Quadro 5: Discurso do Sujeito Coletivo em resposta a pergunta: “Como você supera em seu dia-a-dia o confinamento prisional?”

Ideia Central – 1	Discurso do Sujeito Coletivo
Através da religiosidade	Suj. 1: “Eu, do meu lado, busco Deus, leio a bíblia [...]” Suj.5: “[...] a gente pega uma bíblia, um lê pro outro uma palavra, um canta um hino”

Ideia Central – 2	Discurso do Sujeito Coletivo
Distração com os colegas de cela	Suj. 1: “Se distraíndo, joga um baralho, conversa com um, conversa com outro e vai passando o tempo.” Suj. 5: “Brinco um baralho, converso com um, troco uma ideia com outro.” Suj. 6: “Entretendo com a rapaziada, brincando, conversando.”
Ideia Central – 3	Discurso do Sujeito Coletivo
Esperança de alcançar a liberdade	Suj. 4: “Com a esperança de sair daqui. Esperança de sair daqui um ano talvez, mais de um ano, não sei, eu saia”

Fonte: Pesquisa Direta (2014)

Na busca pela superação das dificuldades encontradas no sistema carcerário, são descritas pelos entrevistados formas e estratégias usadas para se adaptar ao convívio prisional. Nesse sentido, para os entrevistados, existem quatro elementos que contribuem para a superação no cotidiano prisional, são eles: Fé; Distração; Solidão; e Esperança.

Segundo Lima et al (2013), a religiosidade correlaciona-se com a saúde mental dos apenados, induzindo a construção de um novo sentido para vida daquele indivíduo, e promovendo a construção de um novo pensamento.

Embora os trechos não tragam episódios de violência dentro da cadeia, os autores Martins e Oliveira (2013) apresentam a falta de atividades e o ócio como fatores desencadeantes para aumento da violência nos sistemas carcerários. E destacam a importância da obtenção de um trabalho para os detentos, que além de promover uma rotina proveitosa, permite ao detento buscar através do trabalho a remissão.

Os autores acima afirmam que os apenados que estão em regime fechado ou semiaberto, podem adquirir através do trabalho, a diminuição de sua pena. No entanto, para cada três dias de trabalho seriam descontados um dia na sua pena. E assim o apenado poderia moldar, através do seu esforço, um caminho para o retorno ao convívio com a sociedade.

Quadro 6: Discurso do Sujeito Coletivo em resposta a pergunta: “Em algum momento você já sentiu arrependimento ou tristeza?”

Ideia Central	Discurso do Sujeito Coletivo
Sensação de Arrependimento	Suj. 1: “Sim, já sofri muito e hoje to arrependido do que eu fiz.” Suj. 3: “[...] realmente eu me arrependo.” Suj. 4: “Sim, me arrependi muito. Se nós pudesse voltar atrás né..” Suj. 5: “Isso ai eu me arrependo todo dia”

Fonte: Pesquisa Direta (2014)

Os depoimentos revelam que a maioria dos entrevistados sentiram arrependimento ou tristeza durante o cumprimento da pena, estes sentimentos estão, muitas vezes, relacionados ao crime realizado, como a expressões de arrependimento nas falas. O sentimento de tristeza relaciona-se ao cotidiano prisional, é um sentimento que eles relatam sentir todos os dias.

Segundo Lima (2013), o cotidiano prisional é dificultado devido às condições que o cárcere impõe, como: confinamento, rompimento com meio social e produtivo, a quebra do vínculo familiar. Em sua pesquisa as entrevistas remeteram tristeza, dor, solidão, e estes sentimentos ocorreram pelo abandono familiar, marcado pela separação dos filhos, entre outros fatores que marcam o cotidiano de um apenado.

Quadro 7: Discurso do Sujeito Coletivo em resposta a pergunta: “Você acredita que é necessário o apoio psicológico na cadeia?”

Ideia Central – 1	Discurso do Sujeito Coletivo
Necessidade de apoio psicológico	Suj. 3: “Eu acho que a gente precisa muito, e mais aqui dentro, precisa muito disso [...] eu mesmo to precisando muito, muito mesmo [...]” Suj. 4: “Sim, muito. Gostaria que existisse, é muito bom. Que nem da outra vez, dialogar todo mundo, eu num já participei uma vez [...]”

Fonte: Pesquisa Direta (2014)

A essa questão os entrevistados responderam baseando-se nos seus sentimentos e vivências pessoais, e assim, construíram uma ideia de que além da necessidade do serviço de saúde, também é necessário apoio psicológico na cadeia. A necessidade de acompanhamento psicológico se faz presente para esse público, que muitas vezes estão mais vulneráveis ao sofrimento emocional e psíquico, como a depressão.

Rauter (2007) relata que o papel dos psicólogos nas prisões, muitas vezes, vai além de sua competência profissional. Iniciar um trabalho terapêutico demanda algumas dificuldades e requer muitas responsabilidades, ao identificar o público que será trabalhado, assim, é importante entender o meio social que aquelas pessoas estão inseridas e determinar as melhores condutas para captar a atenção e interesse do grupo em questão, especialmente, o espaço prisional.

Gulassa (2007) afirma que para desenvolver em sua experiência com um projeto de apoio psicológico nas prisões, relata que é preciso estabelecer um vínculo de confiança com os presidiários, se adaptar ao vocabulário que eles usavam e entender as normas da cadeia.

O autor acima citado afirma existir três elementos necessários na condução da assistência psicológica nas prisões: contato, onde serão estabelecidas as regras do espaço terapêutico; continência, responsável pelo acolhimento dos participantes, onde foi estabelecido que eles pudessem expor seus sentimentos, respeitados e não identificados; e confiança, que demanda uma série de questionamentos. E que os atendimentos forneceram benefícios ao preso, que passou a vivenciar uma rotina diferenciada e obteve a oportunidade de uma maior reflexão de sua vida.

É indispensável introduzir esse público ao sistema de saúde, com intuito de proporcionar acesso aos cuidados de uma equipe multiprofissional, que buscariam recursos pertinentes para a realização de ações humanizadas para esse público. Souza e Passos (2008) afirmam que independente na natureza de sua transgressão, o detento tem direito aos serviços de saúde, e conseqüentemente, a assistência de enfermagem. Desse modo, a enfermagem pode realizar um papel importante no resgate da dignidade desses homens, contribuindo no ponto de vista biológico, social e psicológico, que visa proporcionar um maior bem-estar para esse público.



6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos dados, este estudo, que teve como objetivo geral conhecer e analisar, na percepção de detentos, os sentidos da prisão e suas estratégias de enfrentamento em uma cadeia pública do município de Cuité – PB apontou a necessidade de mostrar a história de vida dos entrevistados, destacando seu perfil sócio-demográfico e criminal, suas perspectivas frente ao encarceramento e as estratégias de enfrentamento usadas durante o confinamento.

Este estudo, através do depoimento de presidiários, buscou compreender os fatores que influenciam no cumprimento da pena desses indivíduos, e as condições em que vivem no cárcere; entender o sentimento atual sobre o crime praticado, como estes se sentiam em relação a sua família, e quais estratégias são usadas para superar o dia-a-dia na prisão. E assim, permitiu-se ao longo das falas identificar as situações vivenciadas durante a vivência prisional desses indivíduos. Na busca pela superação, e adaptação da vida no cárcere, os entrevistados desenvolveram estratégias para se adaptar ao convívio prisional, baseando-se em alguns elementos, como fé, distração e esperança.

Permanecendo neste cenário, acrescentou-se um fator fortemente importante, a necessidade de apoio psicológico na cadeia e quando questionados sobre a importância da criação destes mecanismos a maioria dos entrevistados relataram que seria muito bom, promovendo uma melhora do seu bem estar e afirmaram o quanto as atividades que já foram desenvolvidas ajudaram a melhorar o dia-a-dia na prisão.

Conclui-se, de acordo com os resultados da pesquisa, que o encarceramento promove um grande impacto negativo para o apenado, decorrente principalmente da ausência do meio familiar, da quebra do vínculo pai e filho, e o afastamento do meio social, que acaba dificultando à reinserção desses indivíduos a sociedade após o cumprimento da pena. Essa gama de fatores que dificultam a reinserção social e produtiva gera, por vezes, a possibilidade de condutas reincidentes. Por isso, se faz necessário à implementação de trabalhos que desenvolvam as potencialidades desses indivíduos, como o processo de alfabetizar e a criação de trabalhos manuais.

A prisão neste estudo foi permeada de sentimentos negativos, daí a real necessidade de considerar a importância da equipe multiprofissional para gerar programas, trabalhos e atividades nessas instituições, visando à reinserção desse grupo no meio social e uma saúde de qualidade. Dessa forma, além de beneficiar a saúde mental dos encarcerados, a equipe irá constituir fatores importantes para a vida futura do detento e sua família.

Estudar o fenômeno “Prisão”, e como ela atua na vida de uma pessoa, me proporcionou vários esclarecimentos pessoais e profissionais, contribuindo com a capacidade de manter uma relação interpessoal de ajuda com qualquer outra pessoa, pois, a essência do cuidar não é só física, ela também é mental e espiritual. Por fim, acreditasse que esse estudo irá servir como base para que outras pessoas possam entender mais sobre os impactos causados por uma instituição penal e, busca promover inovações na literatura para expandir o conhecimento sobre a temática.

Diante desses resultados sugere-se uma nova perspectiva para a atuação do profissional de enfermagem no âmbito carcerário, sendo este profissional primordial para qualquer serviço de saúde, sobretudo naqueles carentes do olhar sensível e da escuta qualificada da enfermagem. Esperamos com esta pesquisa contribuir para novas publicações científicas a respeito da saúde nas prisões.

Com os resultados do estudo é inquestionável a importância de desenvolver um plano com estratégias que visem à melhoria da saúde mental dos detentos, sendo necessário um planejamento bem definido para se estabelecer os objetivos que devem ser alcançados. Faz-se necessário assim uma discussão com os órgãos responsáveis sobre o problema social que está sendo relatado, para que possamos concretizar as etapas importantes desse processo.

E por fim, mas não menos importante, esta pesquisa deve abranger o retorno dos seus resultados a instituição investigada, com o intuito de contribuir para uma melhor assistência da equipe penitenciária guiados pela perspectiva da cidadania e dignidade na vivência do cárcere.



REFERÊNCIAS

ASSIS, R.D. A realidade atual do sistema penitenciário brasileiro. **Revista CEJ**. Brasília, Ano XI, n. 39, p. 74-78, out./dez., 2007.

BOCCHINI, LINO. **Carta Capital**. 2013. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/suecia-fecha-4-prisoas-e-prova-mais-uma-vez-a-questao-e-social-334.html>>. Acesso em: 05 janeiro 2014.

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. **Manual de Diretrizes Gerais e Procedimentos Operacionais**. Brasília, DF, 2008a.

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. **Sistema Penitenciário no Brasil - Dados Consolidados**. Brasília, DF, 2008b.

BRASIL. Ministério da Saúde e Justiça. **Legislação da Saúde no Sistema Penitenciário**. Brasília, DF, 2010.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário**. 2. ed. Brasília, DF, 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução 466 de 12 de dezembro de 2012**. Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa Envolvendo Seres Humanos. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>> Acesso em: 05 jan. 2014.

CANCELLI, E. Repressão e controle prisional no Brasil: prisões comparadas. **História: Questões & Debates**. Curitiba, n. 42, p. 141-156, 2005.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 2013.

FRINHANI, F. M. D; SOUZA, L. Mulheres encarceradas e espaço prisional: uma análise de representações sociais. **Psicologia: Teoria e Prática**, v. 7(1), p. 61-79, 2005.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal: Parte Geral**. Rio de Janeiro: Impetus, 2011.

GULASSA, D. Vínculo e confiança em atendimento psicoterapêutico psicodramático grupal com presidiários. **Psicologia ciência e profissão**, v. 27 (2), p. 332-341, 2007.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C. **O discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos)**. 2. ed. Caxias do Sul, RS: Educs, 2005.

LIMA, G. M. B. et al. Mulheres no cárcere: significados e práticas cotidianas de enfrentamento com ênfase para a resiliência. **Revista Saúde em Debate**. Rio de Janeiro, 2013.

LOURO, G. L. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, v. 19, n. 2 (56) - maio/ago, 2008.

MARTINS, H. T; OLIVEIRA, V. N. Crime, criminosos e prisão: um estudo sobre a reincidência penitenciária em Montes Claros – MG. **Rev. bras. segur. Públ. SP** v. 7 (2), p. 32-48, 2013.

MINAYO, M.C.S; SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? **Cad. Saúde Públ. RJ**, v. 9 (3), p. 239-262, 1993.

RAUTER, C. Clínica e estratégias de resistência: Perspectivas para o trabalho do psicólogo em prisões. **Psicologia & Sociedade**, v. 19 (2), p. 42-47, 2007.

SANTOS, E. M. G. Saúde mental e direitos humanos no sistema penitenciário brasileiro. **Revista eletrônica tempo histórico** – ano. I número. I, 2005.

Disponível em:
<http://www.revista.ufpe.br/revistatempohistorico/index.php/revista/article/viewFile/9/7>

SANTOS, E.S.V; SANTOS, A.R.A. O papel da família no regime penitenciário masculino de Manaus e sua contribuição para reinserção sociofamiliar. **Revista de Ciências Humanas e Sociais da FSDB**. v.8, 2011.

SEQUEIRA, V.C. Uma Vida que não Vale Nada: Prisão e Abandono Político-Social. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 26 (4), p. 660-671, 2006.

SILVA M.F.D.; GUZZO R.S.L. Presidiários: percepções e sentimentos acerca de sua condição paterna. **Rev. Bras. Crescimento Desenvolv. Hum.**; 17(3): 48-59, 2007.

SOUZA, K. M. J. et al. Atraso no diagnóstico da tuberculose em sistema prisional: a experiência do doente apenado. **Texto Contexto Enferm**, v. 21(1), p. 17-25, 2012.

SOUZA, M. O. S.; PASSOS, J. P. A prática de enfermagem no sistema penal: Limites e possibilidades. **Esc. Anna Nery Rev. Enferm**, v. 12 (3), p. 417-23, set, 2008.

TAVARES, G. M.; MENANDRO, P. R. M. Modos de vida de internos do sistema penitenciário capixaba. **Psicologia & Sociedade**, v. 20 (3), p. 340-349, 2008.

UNIC. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Rio de Janeiro, RJ, 2000.

VASCONCELOS, E. D. S.; QUEIROZ, R. F. F.; CALIXTO, G. A. M. A precariedade no sistema penitenciário brasileiro – violação dos direitos humanos. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIV, n. 92, set 2011. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10363>. Acesso em 05 janeiro 2014.



APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Esta pesquisa intitulada “O impacto do encarceramento penal: percepções e estratégias de enfrentamento em uma Cadeia Pública de Cuité-PB” trata-se de um Trabalho de Conclusão do Curso de Bacharelado em Enfermagem da Universidade Federal de Campina Grande, *campus* Cuité, e está sendo desenvolvida pela aluna Taynara Tayana Macêdo Araújo sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Gigliola Marcos Bernardo de Lima. O presente estudo tem por objetivo geral conhecer e analisar, na percepção de detentos, os sentidos da prisão e suas estratégias de enfrentamento em uma cadeia pública do município de Cuité - PB. Você está sendo convidado para participar desta pesquisa por no momento está vivenciando um confinamento prisional. Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder perguntas que envolvem dados sobre as experiências vivenciadas por você na cadeia pública e quais estratégias você utiliza como enfrentamento do seu cotidiano.

As informações obtidas através desta pesquisa serão confidenciais e asseguramos que seu nome será mantido em sigilo absoluto. Os dados da pesquisa poderão vir a ser publicados/divulgados, desde que assegurado a privacidade dos sujeitos e a confidencialidade das informações. A sua participação na pesquisa é voluntária e, portanto, o senhor não é obrigado a fornecer as informações solicitadas pela pesquisadora. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na sua assistência. As pesquisadoras estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento ou dúvida que por ventura vier a surgir ou que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa. Destacamos aqui a importância de sua participação para a viabilidade deste estudo. Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço institucional do pesquisador principal.

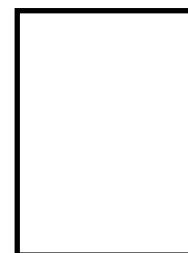
Cuité ____/____/2014

Diante do exposto, declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar:

Participante da Pesquisa

Taynara Tayana Macêdo Araújo
Pesquisadora Participante

Prof^a. Dr^a. Gigliola Marcos Bernardo de Lima
Pesquisadora Responsável



APÊNDICE B: ROTEIRO DE ENTREVISTA

“O Impacto do Encarceramento Penal: Percepções e Estratégias de Enfrentamento em uma Cadeia Pública de Cuité-PB”

Pesquisadora Participante: Taynara Tayana Macêdo Araújo
Pesquisadora Responsável: Gigliola Marcos Bernardo de Lima

Parte I - Dados de caracterização da amostra:

1. Localização na Instituição Prisional: Cella: _____
2. Iniciais: _____ / Cidade onde Nasceu: _____
3. Qual a sua idade hoje: _____ Anos
4. Estado Civil:
() Casado () Solteiro () Divorciado () União não oficializada () Outros. Qual? _____
5. Cor da Pele: () Branca () Negra () Parda () Outros. Qual? _____
6. Condição sócio-econômica antes da prisão:
() Renda familiar com menos de 1 salário mínimo () Renda familiar de 1 salário mínimo () Mais de um salário mínimo.
7. Nível de Escolaridade:
() Não-Alfabetizado
() Alfabetizado
() Fundamental Incompleto
() Fundamental Completo
() Ensino Médio Incompleto
() Ensino Médio Completo
() Superior Completo
() Superior Incompleto
8. Esta preso pela primeira vez? () sim () não
9. Quantas vezes já foi preso? () 1 vez () 2 vezes () 3 vezes () 4 vezes () Mais de 4 vezes
10. Já foi julgado? () sim () não
11. Há quanto tempo está preso em regime fechado?
() menos de 6 meses () 6 meses () 1 ano () 2 anos () 3 anos () 4 anos () 5 anos () 6 anos () 7 anos () mais de 7 anos.

Parte II – Questões norteadoras:

1. O que levou você a prisão?
2. Como é para você estar preso?
3. Qual é o seu sentimento atual sobre o crime praticado?
4. Como você se sente em relação a sua família? E como é conviver com a saudade?
5. Como você supera em seu dia-a-dia o confinamento prisional?
6. Em algum momento você sentiu arrependimento ou tristeza? Você acha que esses sentimentos tem alguma relação?
7. Você acredita que é necessário o apoio psicológico na cadeia? Você gostaria? Já vivenciou algum tipo de atividade que melhorou o seu dia-a-dia?



ANEXO I - TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL



SISTEMA PENITENCIÁRIO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DA PARAÍBA
CADEIA PÚBLICA DE CUITÉ - PB

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Declaro para os devidos fins e meios que esta instituição prisional autoriza a realização do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **“O IMPACTO DO ENCARCERAMENTO PENAL: PERCEPÇÕES E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO EM UMA CADEIA PÚBLICA DE CUITÉ-PB”** pela discente do Curso de Bacharelado em Enfermagem da Universidade Federal de Campina Grande TAYNARA TAYANA MACÊDO ARAÚJO, desde que sejam respeitados todos os preceitos éticos durante a execução da referida pesquisa científica.

Cuité, 28 de Março de 2014

Jurandir Albuquerque dos Santos
Direção da Cadeia Pública de Cuité-PB

Mat. 170.669,1

RECERB 28-03-2014

ANEXO II - AUTORIZAÇÃO DA EXECUÇÃO PENAL DE CUITÉ**SISTEMA PENITENCIÁRIO DA PARAÍBA****TERMO DE AUTORIZAÇÃO**

Declaro para os devidos fins e meios a autorização para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **“O IMPACTO DO ENCARCERAMENTO PENAL: PERCEPÇÕES E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO EM UMA CADEIA PÚBLICA DE CUITÉ-PB”** na referida instituição prisional, pela discente do Curso de Bacharelado em Enfermagem da Universidade Federal de Campina Grande TAYNARA TAYANA MACÊDO ARAÚJO, desde que sejam respeitados todos os preceitos éticos durante a execução da referida pesquisa científica.

Cuité, 04 de Abril de 2014

Assinatura manuscrita em azul, sobre uma linha horizontal. O nome "Juiz da Comarca de Cuité-PB" está impresso em azul sob a linha.

Juiz da Comarca de Cuité-PB

ANEXO III - CERTIDÃO DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS - CEP
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFPG
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO ALCIDES CARNEIRO - HUAC

**DECLARAÇÃO DE APROVAÇÃO DE PROJETO**

Declaro para fins de comprovação que foi analisado e aprovado neste Comitê de Ética em Pesquisa – CEP o projeto de número CAAE: 31105814.0.0000.5182 intitulado: **O IMPACTO DO ENCARCERAMENTO PENAL: PERCEPÇÕES E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO EM UMA CADEIA PÚBLICA DE CUITÉ-PB.**

Estando o (a) pesquisador (a) ciente de cumprir integralmente os itens da Resolução nº. 466/ 2012 do Conselho Nacional de Saúde – CNS, que dispõe sobre Ética em Pesquisa envolvendo seres humanos, responsabilizando-se pelo andamento, realização e conclusão deste projeto, bem como comprometendo-se a enviar por meio da Plataforma Brasil no prazo de 30 dias relatório do presente projeto quando da sua conclusão, ou a qualquer momento, se o estudo for interrompido.


Profª. Sheila Milena Pessoa dos Santos Fernandes
Coordenadora *Pro Tempore* CEP/HUAC/UFPG

Campina Grande - PB, 06 de Agosto de 2014.

Rua.: Dr. Carlos Chagas, s/ n, São José, Campina Grande – PB.
Telefone.: (83) 2101 – 5545. E-mail.: cep@huac.ufcg.edu.br